

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Marco Pestana¹

O primeiro e mais fundamental mérito deste livro de David Harvey, o geógrafo inglês radicado nos Estados Unidos, é o fato de que toma os movimentos sociais e a luta anticapitalista como seu ponto de partida e de chegada. Dessa posição, desenvolve um percurso argumentativo que, em última instância, pode ser sintetizado como um esforço para responder à seguinte questão: como conferir um significado anticapitalista ao “significante vazio” (p. 20) do direito à cidade?

Nos quatro capítulos que constituem a primeira parte da obra, intitulada “O direito à cidade”, Harvey esforça-se, principalmente, por compreender de que forma esse direito chegou ao ponto de concentrar-se “nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos” (p. 63). Com esse intento, dedica-se especialmente a superar a lacuna identificada no tratamento do tema da urbanização pela tradição marxista de pensamento, na medida em que, nesse ponto específico,

“a estrutura do pensamento marxista é lamentavelmente parecida com a dos economistas burgueses. Os urbanistas são vistos como especialistas, embora o núcleo verdadeiramente significativo da teoria macroeconômica marxista se situe em outro lugar. (...) não houve nenhuma tentativa séria de integrar a compreensão dos processos de urbanização e da formação do espaço construído à teoria geral das leis que regem a circulação do capital” (p. 81).

¹ Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Para o autor, não se trata apenas de compreender o desenvolvimento urbano – mais acelerado após o advento do capitalismo do que em qualquer outro momento da história – como um reflexo da dinâmica capitalista, mas de torná-lo elemento integrante dessa dinâmica, a partir de suas especificidades e de suas conexões com seus demais aspectos. Nesse sentido, argumenta convincentemente em torno do papel preponderante desempenhado pelo espaço urbano tanto na eclosão, quanto na superação das crises capitalistas. Afinal, se, de um lado, os processos de reestruturação das cidades são extremamente funcionais na absorção de grandes quantidades de capitais sobrando sem outras alternativas de investimento, de outro lado, o longo intervalo de tempo que separa, nos empreendimentos urbanos e imobiliários, os momentos de aplicação do capital e de realização dos lucros torna mais imprevisíveis as condições nas quais se dará essa realização. Para além de sua conexão com os ciclos típicos da economia capitalista – marcados pela alternância de momentos de desenvolvimento “normal” e crises –, esses periódicos processos de reestruturação urbana, estariam, também, relacionados à frequente eclosão de rebeliões de base urbana – como a Comuna de Paris ou os movimentos de 1968 nas cidades dos Estados Unidos –, na medida em que se sustentam em processos de deslocamento forçado das populações subalternas, culminando nas cidades cada vez mais segregadas que marcam a fase neoliberal do capitalismo (CAP. 1 e 2).

Diante desse quadro, não é de se espantar que as classes dominantes se organizem para manter o desenvolvimento urbano sob seu controle, seja pela repressão direta da contestação ao seu domínio, pela propagação de determinadas formulações ideológicas ou pela constituição de mecanismos capazes de apropriarem, para a valorização do capital, o vasto conjunto de práticas sociais e culturais (como as festas, as formas de ocupação do espaço público, a coexistência de diferentes grupos étnicos, religiosos, nacionais, etc) que se desenvolvem em meio ao tecido urbano. Quanto a isso, Harvey confere especial atenção ao funcionamento das “rendas de monopólio”, que permitem que o capital investido nos setores imobiliário e turístico, dentre outros, seja valorizado a partir da exploração da “atmosfera urbana” específica criada no cotidiano dos habitantes de cada cidade, tornando-as mercadorias “únicas”,

como fica evidente, por exemplo, na associação de Paris ao romantismo, ou do Rio de Janeiro à alegria (p. 170-207).

Esse contínuo processo de apresamento da dinâmica urbana pelo capital não deixa, entretanto, de produzir fissuras. Ainda que muitas dessas fissuras sejam identificadas por Harvey na primeira parte do livro, é na segunda parte, “Cidades Rebeldes”,² que ele se dedica a discutir mais pormenorizadamente as possibilidades de aproveitamento delas para a luta anticapitalista. Em função desse objetivo, sua argumentação adquire um tom ainda mais abertamente polêmico, na medida em que parte importante de seu discurso dirige-se a setores da esquerda reformista e revolucionária, em cuja política urbana identifica equívocos que busca superar. Com efeito, ao situar o problema fundamental da esquerda no século XXI na conjugação do enfrentamento e da criação de alternativas globais ao funcionamento da lei do valor com a articulação de espaços democráticos de produção em nível local, Harvey proclama a insuficiência das estratégias de controle burocrático estatal – pela supressão do poder deliberativo dos trabalhadores – e de criação de espaços de produção “livre” – incapazes de resistir incólumes à pressão exercida pela concorrência capitalista, na medida em que não podem controlar os mecanismos financeiros e de circulação das mercadorias (p. 216-227).

A despeito de suas discordâncias, Harvey não descarta sumariamente nem a discussão teórica, nem as experiências históricas resultantes dessas tradições, optando por partir de seus acúmulos para alinhar três teses lastreadas não só em sua concepção já sumarizada acerca da urbanização capitalista, quanto em uma proposta de (re)conceituação da classe trabalhadora. A partir daí, sustenta que (I) mesmo as lutas trabalhistas clássicas (como campanhas salariais conduzidas por sindicatos, por exemplo), teriam mais chances de vitória quando atravessadas por fortes laços com a comunidade circundante ao local de

² Dos três capítulos que compõem essa parte do livro, aquele que a abre, intitulado “Reivindicando a cidade para a luta anticapitalista”, é o que concentra as formulações teóricas mais profícuas e o enfrentamento das problemáticas políticas de maior fôlego. Os dois capítulos subsequentes (“Londres 2011: o capitalismo feroz chega às ruas” e “#OWS: o Partido de Wall Street encontra seu rival”), além de serem bastante reduzidos em suas dimensões, são constituídos por intervenções do autor escritas no calor da hora em que eram detonados dois processos políticos específicos, pouco antes da publicação original do livro, em 2012.

trabalho e suas formas de organização;³ (II) nas condições atuais de progressivo borramento das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos e de ampliação da participação dos trabalhadores diretamente empregados no espaço urbano na composição da força de trabalho de um amplo número de países capitalistas, a ênfase excessiva do marxismo tradicional no operariado fabril deveria ser deslocada em favor de uma conceituação do proletariado urbano, capaz de abarcar trabalhadores da construção civil, do setor de transportes e toda a miríade de trabalhadores informais e precários; e (III) as lutas contra as formas de recuperação da mais-valia⁴ que atingem os trabalhadores em seus locais de moradia – como a cobrança de alugueis – devem ser tão valorizadas quanto aquelas travadas nos locais de produção (p. 248-250).

Não sendo este o espaço adequado para um escrutínio mais detalhado dessas propostas, resta observar que, em um momento histórico em que a crise do capital coloca em evidência os processos de destruição criativa típicos da urbanização capitalista – a qual se alastra para mais áreas do globo do que em qualquer época anterior –, as considerações de Harvey acerca da centralidade do espaço urbano como ponto de articulação de lutas e sua viabilidade para a geração de formas de controle do excedente e da produção devem ser objeto de cuidadosa atenção, e não porque constituam alguma espécie de verdade revelada por um intelectual enfurnado em sua torre de marfim. Muito pelo contrário, se, como o próprio autor afirma,

a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande

³ Um exemplo bastante interessante do tipo de processo que Harvey tem em mente neste ponto pode ser conferido no artigo de Bryan Palmer sobre as greves dos caminhoneiros de Minneapolis em 1934 publicado no presente número da revista *Outubro*.

⁴ Ao empregar a expressão “recuperação da mais-valia”, Harvey não está sugerindo que relações como o aluguel de moradias produzam valor. Nesse caso, sua mirada foca-se em um nível macro que diz respeito ao conjunto das relações entre as classes sociais, em que uma porção do valor produzido no processo de trabalho e apropriado pela classe trabalhadora como salário poderia ser retomada pela classe dos capitalistas por meio dos alugueis e outras práticas. A despeito dessa ressalva quanto ao emprego da expressão, considero que seria mais acurado conceitualmente qualificar o processo em termos de expropriação, na medida em que a formulação de Harvey não só borra a distinção explicitamente elaborada por Marx entre o capital variável (correspondente ao salário) e o mais-valor, como também pouco ilumina as especificidades das relações travadas por trabalhadores e capitalistas no espaço urbano para além da produção propriamente dita.

número, como sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero (p. 15),

tampouco seria plausível supor que um sentido anticapitalista poderia saltar de seus escritos para se apropriar desse grito de socorro. Entretanto, em um momento em que parte importante da esquerda mundial experimenta uma importante oxigenação – seja pela oposição parlamentar-movimentista às políticas de austeridade que se esboça na Grécia, seja pela conjugação de luta armada socialista e subversão das relações de gênero em curso em Rojava –, desconsiderar uma contribuição desse calibre para sua necessária reinvenção seria um perigoso desperdício.